



Comitê de Representantes

Aprovada na 1082ª sessão

ALADI/CR/Ata 1079
26 de maio de 2010
Horário: 10h10m às 12h20m

ATA DA 1079ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
 2. Assuntos em Pauta.
 3. Consideração da ata correspondente à 1077a. sessão.
 4. Relatório da Quadragésima Terceira Reunião do Conselho de Assuntos Financeiros e Monetários (Buenos Aires, 13-14/05/2010) (ALADI/CFM/XLIII/Ata)
 5. Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas.
 6. Relatório da III Reunião de Negociação sobre o Regime Geral de Origem da ALADI (ALADI/RN.RGO/III/Relatório).
 - Convocatória da IV Reunião de Negociação sobre o Regime Geral de Origem da ALADI (ALADI/CR/PA 135).
 7. Estrutura orgânica e funcional da Secretaria-Geral.
 - Relatório da Coordenadora da reunião de Representantes Alternos.
 8. Assuntos diversos.
 - Reunião para o Intercâmbio de Informação sobre o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI.
-

Preside:

REGIS PERCY ARSLANIAN

Assistem: María Cristina Boldorini, Federico Villegas, Roxana Cecilia Sánchez e Beatriz Vivas de Lezica, (Argentina); Jenny Encinas (Bolívia); Regis Percy Arslanian, José Humberto de Brito Cruz, Otávio Brandelli, André Saboia Martins e Maurício Alves Da Costa (Brasil); Constanza Alegría Pacull (Chile); Alicia Roa Leguizamón (Colômbia); Mirna Martínez Ajuria (Cuba); René Fernández Miño, (Equador); Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández, Dora Rodríguez Romero e Jorge Fernando Anaya González (México); Emilio Lorenzo Giménez Franco, Raúl Cano Ricciardi, Octavio Ferreira Gini e Roberto Pauly Fernández (Paraguai); Jorge Antonio Rosado La Torre e Ricardo B. Romero Magni (Peru); Gonzalo Rodríguez Gigena, Linda Rabbaglietti e Ivannah Garelli Ruggia (Uruguai); Cecilio Crespo (Venezuela);

Secretário-Geral: José F. Fernández Estigarribia

Subsecretários: Ricardo Hartstein e Oscar Quina Truffa.

PRESIDENTE. Bom dia. Penso que já podemos começar a 1079ª sessão ordinária do Comitê de Representantes.

Para explicar por que sou o Presidente, ofereço a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Em ausência do Presidente, presidem os Vice-Presidentes. Pela tradição, costume na ALADI - e no Direito Internacional o costume é importante-, os Vice-Presidentes se alternam. Na sessão anterior, como os senhores notaram, presidiu a senhora Embaixadora de Cuba que, certamente, presidirá a próxima sessão. Essa é a explicação.

PRESIDENTE. Então, Secretário-Geral, significa que na próxima sessão voltarei a presidir?

SECRETÁRIO-GERAL. Não, a próxima pessoa a presidir será a Embaixadora de Cuba, se Deus quiser.

PRESIDENTE. Muito bem, estou às ordens de todas as maneiras. É um prazer presidir as sessões do Comitê de Representantes.

1. Aprovação da Ordem do dia

Em primeiro lugar, temos a Ordem do dia, que submeto à consideração da Sala. Se todos estão de acordo... A Representação de Cuba tem a palavra, por favor.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuría). Obrigada, Presidente. Em primeiro lugar, felicito pela Presidência. Gostaria de indicar que, no ponto 7, que se refere à estrutura orgânica e funcional da Secretaria, em minha qualidade de Coordenadora do grupo de

Alternos, gostaria de apresentar o relatório dos trabalhos realizados neste grupo até o momento. Obrigada.

PRESIDENTE. Perfeito. Quando chegarmos no tema 7, pedirei que apresente o relatório. Obrigada, Cuba.

Então, podemos dar por aprovada a Ordem do Dia com os sete temas e assuntos diversos.

2. Assuntos em pauta

...Em relação aos Assuntos em pauta, ponto 2, ofereceria a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigada, senhor Presidente. Consta na pasta dos senhores Representantes o documento de assuntos em pauta correspondente à presente sessão. Cabe destacar a contribuição dos Estados Unidos Mexicanos, com a transferência de US\$ 836.694, correspondente à contribuição de 2010. Permitimo-nos agradecer especialmente ao Governo do México e à distinta Representação pelas gestões realizadas para esse pagamento.

"1. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 62, de 14/05/2010.

Envia um projeto de resolução intitulado "Facilitação do Comércio - Sistema de certificação de origem digital no âmbito da ALADI".

Publicado como documento ALADI/CR/di 3182.

2. Representação Permanente do México. Nota Nº 47, de 19/05/2010.

Solicita a distribuição formal da proposta apresentada por sua Representação na última reunião do Grupo de Trabalho conjunto Normas e Disciplinas e TICs.

Publicado como documento ALADI/CR/di 3283.

3. Contribuições recebidas ao orçamento da Associação:

México. Transferência de US\$ 836.694.- correspondente à contribuição de 2010.

4. Convites recebidos:

México. Convênio Multilateral sobre Cooperação e Assistência Mútua ente as Direções Nacionais de Aduanas. Nota de 23/04/2010. Convida o Secretário-Geral para que a ALADI participe da XXXI Reunião de Diretores Nacionais de Aduanas da América Latina, Espanha e Portugal (Antigua, Guatemala, 27-28.V.2010)

EUA. Inter-American Bar Association. Nota del 31/03/2010. Convida a Organização, como Observador, para participar da XLVI Conferência Internacional de sua Federação (Rio de Janeiro, 15-19.VI.2010).

Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Nota de 11/05/2010. Convida para participar de uma oficina de trabalho sobre desenvolvimentos recentes e perspectivas dos distintos esquemas de integração latino-americana. Envia em arquivo o programa (Santiago do Chile, 08/07/2010).

Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD). Nota de 12/04/2010. Comunica a realização de seu XV Congresso Internacional sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública (Santo Domingo, República Dominicana, 9-12/11/2010).

5. Certificação de Origem Digital da ALADI – Especificações técnicas e procedimentos gerais (ALADI/SEC/di 2327).

6. Relatório mensal sobre o comportamento da despesa orçamentária (ALADI/SEC/di 2336).

7. Relatório da situação financeira da Associação em 30 de abril de 2010 (ALADI/SEC/di 2337).”

Neste momento, se a Sala me permite e, particularmente, o Presidente, queria mencionar um ponto importante humanamente. Esta é a última sessão que Sofia -porque todos a conhecemos por Sofia, quase nos esquecemos de seu sobrenome - está conosco. Há 40 anos que está na ALADI, e há 30 no Comitê. Penso que todos os Embaixadores, os Alternos, conhecem e apreciam seu maravilhoso trabalho silencioso, que realmente redundava em benefícios. Em cumprimento de uma resolução que existe anteriormente, cabe-lhe uma medalha pelos anos que esteve servindo o Comitê, penso que em grande estilo. Se o Presidente fizesse a honra de entregar-lhe a medalha, todos na Secretaria se sentiriam muito satisfeitos.

PRESIDENTE. Senhor Secretário-Geral, com muito prazer entregarei a medalha. Queria agradecer, em nome do Comitê, a Sofia Camacho, são 40 de ALADI, 30 anos de Comitê, e, para mim, são 3 anos. Desde que cheguei que vejo Sofia Camacho todas as vezes que venho à ALADI, toda as vezes que venho ao Comitê, e sempre vejo em Sofia Camacho uma pessoa eficientíssima, um sorriso muito simpático, muito afetuoso. Isso faz bem a todos nós e penso que à ALADI também. É uma pessoa que fez parte e é parte integrante do Comitê. Gostaria, então, de agradecer a Sofia, também em nome do Comitê, por toda esta dedicação.

Então, com muito prazer entrego a medalha... Perdão, Cuba solicita a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuría). Sim, obrigada, Presidente. Desculpe-me por intervir, mas, francamente, estou surpresa e não posso deixar de intervir.

Primeiro, uno-me as suas palavras e às palavras do Secretário. Sofia, na segunda-feira, deu aos Alternos uma mostra de sua eficiência, de sua paciência, de sua compreensão, mas, sobretudo, como muitas vezes fazem os funcionários da Secretaria silenciosamente, e o fazem quase todos, do compromisso de Sofia com o trabalho da Associação, com esta Instituição, com esta Casa.

Penso que é uma pessoa totalmente comprometida com seu trabalho, mais do que com as pessoas que atende ou apoia. Realmente, no caso de minha Representação, sempre é uma tranquilidade saber que Sofia está aí, saber que ela está atenta ao olhar de cada um de nós, às necessidades de cada um de nós, se é um documento, uma indicação, um apoio, qualquer coisa, então espero que Sofia possa aproveitar sua merecida aposentadoria. Digo, em nome de minha Representação, de minha Embaixadora, de Chaple, de Marielena, de todos os que estiveram sentados aqui que a apreciamos muito, e esperamos que seja realmente muito feliz. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Cuba. Queria somente dizer, Secretário-Geral, que eu não sabia por que eu presidiria o Comitê, mas de todas as maneiras lhe agradeço, pois justo neste momento estamos homenageando Sofia Camacho. Então, agradeço por haver pedido que eu presidisse este Comitê. Entreguemos a medalha a Sofia.

- Entrega-se a medalha.

- Aplausos.

3. Consideração da ata correspondente à 1077ª sessão

...Bem, passamos ao ponto 3, que é a consideração da ata 1077ª sessão.

Coloca-se à consideração a ata.

Não havendo observações, aprova-se a ata da 1077ª sessão.

4. Relatório da Quadragésima Terceira Reunião do Conselho de Assuntos Financeiros e Monetários (Buenos Aires, 13-14/05/2010) (ALADI/CFM/XLIII/Ata)

...Com relação ao ponto 4, que seria o relatório da Quadragésima Terceira Reunião do Conselho de Assuntos Financeiros e Monetários, realizada em Buenos Aires nos dias 13 e 14 de maio, ofereço a palavra à Secretaria para o relatório correspondente.

Imagino que o senhor Rognoni esteve presente no Conselho de Assuntos Financeiros e Monetários dos Bancos Centrais, e um dos principais temas para recordar ao Comitê seria o pedido de adesão formal da Nicarágua ao Convênio de Créditos e Pagamentos Recíprocos, não é isso? Esse Conselho deveria considerar, justamente pela primeira vez, o pedido de adesão da Nicarágua ao CCR. Ofereço a palavra à Secretaria. Obrigado.

SECRETARIA (Miguel Rognoni). Obrigado, senhor Presidente. Bom dia.

No dia 14 de maio, realizou-se em Buenos Aires, Argentina, a Quadragésima Terceira Reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários, que é o órgão máximo do Convênio de Pagamentos, com a participação de onze Bancos Centrais Membros do Convênio. Essa atividade estava prevista no Orçamento por Programas do presente ano. A Secretaria-Geral coordenou a mencionada reunião.

O programa consistia na consideração do relatório da Quinquagésima Reunião da Comissão Assessora, que havia sido realizada aqui em Montevideu em outubro, da a solicitação de Adesão do Banco Central da Nicarágua ao Convênio de Pagamentos e de assuntos diversos.

Com relação ao relatório da Comissão Assessora, o Conselho o aprovou em geral e em cada um dos temas analisados pela Comissão. Com relação à solicitação de Adesão do Banco Central da Nicarágua, o Conselho recebeu com beneplácito a mencionada solicitação e encomendou que tudo que lhe fosse concernente fosse analisado pela próxima Reunião da Comissão Assessora, que, em princípio, seria realizada na primeira quinzena do próximo mês de agosto. A Secretaria-Geral está fazendo as coordenações com os Bancos Centrais referentes à agenda da reunião.

Com relação à solicitação de adesão do Banco Central da Nicarágua, estão sendo coordenados com os Bancos os relatórios e documentos que serão requeridos ao Banco Central da Nicarágua, bem como a possível presença de uma Delegação do Banco na própria Reunião da Comissão. Essas coordenações estão sendo feitas nesta semana e, na próxima, será enviada uma nota por parte da Secretaria-Geral para avançar no tema.

Em assuntos diversos, a Secretaria-Geral informou sobre o estabelecido na Declaração de Cancun, que, em seu ponto 13, estabelece a realização de uma reunião do convênio de pagamentos com o objetivo de intercambiar informações sobre o mecanismo.

E, por último, no âmbito das Reuniões do CEMLA que, nessa oportunidade, contaram com a colaboração do Banco Central da República Argentina, a Secretaria-Geral foi convidada a realizar uma apresentação sobre o estado de situação e desafios do Convênio de Pagamentos, apresentação feita pelo Subsecretário Quina, onde os Governadores tomaram conhecimento de qual era o estado de situação do Convênio de Pagamentos. Isso, senhor, é, basicamente, o relatório do Conselho. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Rognoni. Eu teria ao menos uma pergunta. O senhor disse que eram onze participantes do Conselho, por que onze e não doze?

SECRETÁRIO-GERAL. Sim, porque o Equador não foi ao Conselho.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Apenas um comentário. O pedido formal de adesão ao CCR da Nicarágua foi feito há 3 meses, foi considerado agora no Conselho de Assuntos Financeiros e Monetários dos Bancos Centrais e enviado, como deveria ser, à Comissão Assessora.

Eu sugeriria que nós, aqui no Comitê, acompanhássemos de perto este procedimento, porque se lembrem que, na década de 80, vários países centro-americanos e caribenhos - se não me equivoco- também pediram adesão ao CCR. Seus pedidos foram considerados pelo Conselho Assuntos Financeiros, enviados à Comissão Assessora, ao Órgão Técnico, e daí nunca saiu nenhum resultado dos pedidos de adesão dos anos 80.

Então, pelo interesse que todos temos na adesão da Nicarágua e de outros países ao CCR, inclusive foi um mandato da Cúpula de Cancun, como disse o doutor Rognoni, deveríamos acompanhar muito proximamente esta tramitação do pedido formal feito pela Nicarágua e que está nas mãos da Comissão Assessora.

Haveria alguma observação ou algum comentário a esse respeito?

5. Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas

...Bem, então passaria ao ponto 5 da agenda, que é o relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas. Ofereço a palavra à Representante do Chile, por favor.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Muito obrigada, Presidente.

Efetivamente, o Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas se reuniu em 20 de maio, com uma agenda que incluía a reunião de negociação sobre o Regime Geral de Origem, a reunião por vir da Comissão Administradora do Acordo Geral Nº 8 e a última reunião de Negociação sobre o Regime Regional de Salvaguardas.

Este último ponto, havendo o Comitê de Representantes derivado o tratamento do tema do âmbito de aplicação da negociação, esta reunião, em primeiro lugar, abordou - houve uma pequena mudança na ordem do dia - assuntos relacionados com a reunião de negociação sobre o Regime de Origem, e a discussão versou sobre um tema semelhante ao que acontece em Salvaguardas, mas muito mais limitado em relação ao mandato que estabelece a Resolução 65. Isso poderia, de alguma maneira, estar sendo um pouco ampliado pelos negociadores no grupo de negociação, portanto, foi decidido que, sem ânimo de interferir na negociação que transcorre de maneira fluida, poder-se-ia contribuir um pouco, a partir do Grupo de Normas e Disciplinas, para o entendimento do que o mandato da Resolução 65 estabelece sobre a negociação de Regras de Origem.

Por sua vez, também se discutiu a possibilidade de que um representante, seja a Coordenadora ou algum delegado do Grupo de Trabalho de Normas de Origem, pudesse estar presente nas reuniões de negociação para resolver ou ajudar a resolver algumas dúvidas que poderiam existir sobre o mandato destas negociações.

Finalmente, falou-se sobre o tema suscitado na última reunião de negociação de Salvaguardas, onde várias Representações manifestaram que ainda não estavam em condições para expedir-se a respeito desta matéria, já que faltava maior discussão nas capitais, etc., portanto, foi feita, simplesmente, uma primeira revisão do tema, foram discutidos os fatos, mas ficou pendente para uma posterior reunião a definição sobre a consulta feita pelo Comitê de Representantes.

Além disso, e permitam-me que volte ao tema de Origem, acordou-se apresentar um projeto de Resolução referente às datas da próxima reunião de Origem, que seriam fixadas, de acordo aos interesses dos próprios negociadores, de 3 a 5 de agosto de 2010.

E foi necessário deixar a discussão sobre o Acordo Regional N° 8 para a próxima reunião, que será esta tarde. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Chile.

6. Relatório da III Reunião de Negociação sobre o Regime Geral de Origem da ALADI (ALADI/RN.RGO/III/Relatório)

- Convocatória da IV Reunião de Negociação sobre o Regime Geral de Origem da ALADI (ALADI/CR/PA 135)

...Entendo que foi distribuído um projeto de acordo que convoca a IV Reunião de Negociação sobre Regime Geral de Origem da ALADI para os dias 3 a 5 de agosto, como disse a Representante do Chile. Penso que todos os senhores têm este projeto de acordo e pergunto se podemos aprová-lo.

Aprovado, então, de 3 a 5 de agosto do 2010, o projeto de acordo número 303. Muito obrigado.

“ACORDO 303

CONVOCATÓRIA DA QUARTA REUNIÃO DE NEGOCIAÇÃO
SOBRE O REGIME GERAL DE ORIGEM DA ALADI

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA os Artigos 35 e 42 do Tratado de Montevideu 1980 e a Resolução 65 (XV) do Conselho de Ministros.

CONSIDERANDO que, de 11 a 13 de maio de 2010, realizou-se, na sede da ALADI, a Terceira Reunião de Negociação sobre o Regime Geral de Origem da ALADI, convocada mediante Acordo 298 do Comitê de Representantes (ALADI/RN.RGO/III/Relatório, de 13 de maio de 2010); e

que, no âmbito da mencionada Reunião de Negociação, as Representações consideraram pertinente convocar uma quarta reunião, sugerindo como data 3 a 5 de agosto do corrente ano, para continuar o processo negociador do Regime Geral de Origem,

ACORDA:

Convocar a Quarta Reunião de Negociação sobre o Regime Geral de Origem da ALADI para os dias 3 a 5 de agosto de 2010, na sede da Associação, a fim de continuar o processo negociador do mencionado Regime.”

7. Estrutura orgânica e funcional da Secretaria-Geral

- Relatório da Coordenadora da reunião de Representantes Alternos

...Passaríamos, então, para o ponto 7 da agenda, que é a estrutura orgânica e funcional da Secretaria-Geral. A Representação de Cuba, conforme nos anunciou no início da reunião, apresentaria um relato sobre as reuniões dos Alternos sobre este tema da Estrutura Orgânica e Funcional. Muito obrigado. Por favor, Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuría). Sim, muito obrigada, Presidente.

O grupo de Alternos que trata especificamente a estrutura se reuniu nos dias 18 e 26 do presente mês, em cumprimento do mandato deste Comitê de analisar a proposta 304 apresentada pela Secretaria-Geral e os elementos vinculados, relativos às sugestões para a aprovação desta modificação ou da nova estrutura da Secretaria-Geral.

Nesse sentido, e a partir dos alcances feitos pela própria Secretaria em forma de aide-mémoire, este grupo, de alguma maneira, viu que a atual estrutura data de 2005, tendo sido aprovada pela Resolução Nº 296, e devia estar vigente até 2008, conforme estipulado em seus artigos.

A mesma, essencialmente, assumiu as pautas do Décimo Terceiro Conselho de Ministros e sua Resolução 59 depois de aprovada em 2005. Sofreu 4 prorrogações sucessivas. Em agosto de 2008, foi prorrogada por 90 dias, até depois do Conselho de Ministros celebrado em 2009. Em julho de 2009, foi prorrogada por 90 dias até outubro do mesmo ano, e, em outubro, foi prorrogada por 45 dias e, em dezembro de 2009, sofreu sua última prorrogação até o momento, por 180 dias.

O grupo também analisou que o fato de estar em curso a Conferência de Avaliação e Convergência seria um limitante no momento de acometer modificações profundas na atual estrutura, no entanto, não deveria ser um impedimento para seu aperfeiçoamento.

Também se analisou o fato de que a introdução de um novo Departamento de Dimensão Social em si constitui uma modificação na atual estrutura e deveria ser compreendida neste novo organograma funcional e orgânico. Desta forma, começou-se o trabalho, com a revisão da proposta 304 e da atual estrutura da Resolução 296, com 2 premissas fundamentais:

A primeira foi basear-nos nas funções e no organograma da estrutura atual, da 296, e acometer ou incorporar somente aquelas modificações na estrutura e nas funções que aperfeiçoassem o trabalho da Secretaria-Geral à luz do acontecido desde 2005 até o momento.

Em segundo lugar, a ideia era basicamente não modificar o Organograma da atual estrutura aprovada pela Resolução 296.

Tenho que dizer que a maioria das Representações apoiou este trabalho e todas estiveram em disposição de trabalhar. No entanto, duas delas especificaram que, embora

tenham se incorporado ao exercício de modificação e de revisão, não estavam de fato aprovando esta mudança porque entendiam que a estrutura aprovada pela Resolução 296 não devia ser mudada.

Até onde chegamos no dia 26, basicamente ficou estabelecido o conteúdo da Resolução 296 com as modificações introduzidas pelas Representações, e várias aspectos ficaram pendentes da decisão deste Comitê.

No caso das funções: a incorporação do planejamento estratégico. É um tema que foi de interesse de várias Representações, que queriam que se começasse a trabalhar de forma específica em relação ao planejamento estratégico e que se pudesse tomar as medidas de todo tipo que conduziram à introdução de forma específica deste tema.

No caso do organograma da 296: em primeiro lugar a divisão das áreas do Subsecretários. Esta proposta se deve a que, depois de um amplo debate e da própria intervenção da Secretaria, na qual foi explicado como se trabalha na prática, algumas Representações consideraram factível que estas áreas ficassem separadas no organograma, como, na prática, funcionam.

Obviamente, a inclusão no Organograma do planejamento estratégico como uma função, como parte do organograma da estrutura, e, por último, modificar o nome dos Subsecretários, para Subsecretário de Comércio e Subsecretário de Cooperação respectivamente, ou seja, os nomes englobariam as atividades nas quais estão enfocadas suas ações.

Presidente, estas foram as questões que analisamos. Na perspectiva desta Coordenação, o trabalho está praticamente concluído, faltaria receber deste Comitê indicações, se possível, para resolver isso nesta reunião, e, assim, concluir o trabalho e poder apresentar uma proposta ou um resultado final para esta instância. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Cuba. Alguma observação ou algum comentário das Representações?

Somente como referência para o Comitê. A Secretaria me diz que o prazo de prorrogação que está vigente agora vai até 8 de junho, e se fizéssemos o próximo Comitê na quarta-feira seria 9, ou seja, a rigor, teríamos até um dia antes do Comitê.

Se tivéssemos que tomar uma decisão a respeito disso no próximo Comitê, dentro de 15 dias, passaríamos do prazo de prorrogação e, na verdade, já me disseram também que já passamos, em 2 meses, do prazo de prorrogação. Somente como referência para as observações. Ofereço a palavra ao Paraguai, por favor.

Representação do PARAGUAI (Emilio Lorenzo Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Queria fazer uma consulta. Minha Representação quer saber por que vamos tratar este tema aqui, já que temos a impressão que o grupo de Alternos não concluiu ainda sua tarefa. De todas as maneiras, se decidirmos tratar aqui este tema, nós teremos comentários para fazer. Obrigado.

PRESIDENTE. Bem, vejo que o Paraguai tem dúvidas em relação ao tratamento deste tema. Alguma outra observação nesse sentido? Ninguém melhor que Cuba, que preside o Grupo de Alternos sobre o tema, para que nos dê sua opinião a esse respeito.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuría). Obrigada, Presidente.

Bem, em essência, o trabalho do grupo está praticamente concluído. Seria de muita ajuda ter a indicação do Comitê sobre as divergências que temos, ou até mesmo que fossem resolvidas diretamente aqui. Os países me ajudam caso tenha esquecido algum ponto no resumo que fiz, mas são basicamente:

Dividir as áreas dos Subsecretários. Na Resolução 296, os dois Subsecretários atendem todos os temas.

Porém, por mais que os Subsecretários tenham áreas comuns, na prática também têm as áreas definidas. Algumas Representações consideram que essa é a melhor forma de trabalhar. Ou seja, independentemente de que haja um conjunto de funções comuns, os Subsecretários têm definidas as áreas que estarão sob sua incumbência. Esse é um dos temas a respeito dos quais gostaríamos de ter alguma indicação, pelo menos alguma ideia do Comitê de Representantes, acerca de sua possibilidade.

Em segundo lugar, temos a questão do planejamento estratégico, de interesse de quase todas as Representações. É um tema que tem relação, como todos sabemos, com a projeção de trabalho, com a avaliação dos objetivos de trabalho traçados pela Associação em seu orçamento por programas ou em seu programa de atividades. Temos, então, a questão da localização deste tema e a modificação dos Subsecretários para Comércio e Cooperação, que também teria muita relação com o trabalho que ainda está por concluir, mas que está praticamente concluído, sobre a reestruturação dos grupos de trabalho.

Também tivemos uma visão integral do trabalho feito na Associação. E, obviamente, nas funções, a integração do planejamento estratégico, que aí o grupo teria que desenvolver a função em sua totalidade, mas, realmente, falta muito pouco a ser feito no grupo para apresentar um resultado. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Cuba. O Equador, por favor.

Representação do EQUADOR (René Fernández Miño). Obrigado, Presidente.

Considero que, como acontece em todas as reuniões, os últimos pontos, tendo em vista a hora, são tratados muito brevemente, e geralmente são postergados. Considero que esta é uma das razões, porque foram tratados em última instância estes temas que estão pendentes. Parece-me, e estou de acordo com a Representação do Paraguai, que é mais conveniente que volte ao grupo, que sejam analisados com profundidade, e seja trazida a unificação de um critério ou as alternativas, coisa que o Comitê possa resolver de uma maneira mais adequada. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Equador. A Delegação do Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigada, Presidente.

Penso que, se entendo a situação, na reunião de Alternos se chegou a uma quase solução de praticamente todos os pontos, e a ideia era ver se em uma discussão no Comitê se poderia chegar a uma solução, digamos, mais política, para esses poucos pontos que estão pendentes. Do ponto de vista de minha Representação, valeria a pena fazer aqui uma tentativa de chegar a um acordo, porque me parece realmente, como explicou a Representante de Cuba, que não estaríamos longe de chegar a um acordo.

Eu queria, nesse sentido, fazer duas sugestões, tratando de um ponto mencionado por Cuba, para ver se podemos resolver as questões pendentes. Refiro-me à questão da

introdução deste tema ou da tarefa de planejamento estratégico entre as competências da Secretaria-Geral. Penso que é uma muito boa ideia a introdução disso como uma competência da Secretaria-Geral, parece-nos muito positivo e estamos totalmente de acordo com a introdução disto como uma tarefa: fazer o planejamento estratégico, examinar metas e a execução do orçamento.

A única questão que ficaria a definir é onde localizaríamos esta competência no novo organograma. E aí penso que a única coisa que não está totalmente bem é que está incluído na Divisão de Administração, e não me parece que seja o melhor lugar, não são tarefas relacionadas, ou seja, é claro que há relação, mas penso que a Divisão de Administração tem uma tarefa mais técnico-administrativa. Então, como uma solução muito simples para este tema, poderíamos deixar a divisão de administração como está, inclusive com seu nome atual, sem alterar, e o que está como função de “propor ao Secretário-Geral os objetivos estratégicos, metas e avaliação do cumprimento do orçamento por programas”, manteríamos esta linguagem, mas o passaríamos para que seja uma das competências comuns dos dois Subsecretários, ou seja, os dois Subsecretários teriam a função de propor ao Secretário-Geral as metas, a avaliação, etc., em tudo o que tiver relação com a avaliação da execução do orçamento por programas. Isso poderia entrar na página 4, talvez como um parágrafo 4 bis, ou depois do atual parágrafo 4, ou onde for melhor. Esta é uma sugestão que me parece que, se pudesse ter o acordo de todos, permitiria chegar já a uma solução.

Permito-me comentar outro ponto, senhor Presidente, porque, inclusive, vem de uma proposta formulada pelo Brasil no âmbito da reunião de Alternos. A Secretaria-Geral comentou sua preocupação em relação ao ponto 5, nas funções e atribuições do Secretário-Geral, onde se fala, no texto que temos, de definir as políticas administrativas da Secretaria-Geral, e aí nós entendemos um pouco qual poderia ser a preocupação em acrescentar a palavra administrativa, embora nos pareça ser correto acrescentar esta palavra, mas não queremos também gerar uma percepção equivocada sobre o trabalho da Secretaria.

Então, pareceu-nos adequada uma pequena emenda, de redação unicamente, que poderia resolver este problema. Seria no parágrafo 5, na página 3, começaríamos a oração, em lugar de dizer “definir as políticas... etc.,” começaríamos diretamente com “estabelecer as diretrizes para a execução das políticas da Secretaria-Geral e designar competências adicionais aos Subsecretários”, ficaria assim, então, o parágrafo. Isso é um pequeno ponto de redação que me permito formular. Nós, com essas alterações, estaríamos prontos para aprovar hoje se houver consenso na sala. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. A Representação do Uruguai, por favor.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente.

Tenho a impressão de que o grupo de Alternos chegou a um limite no que se refere às sugestões a fazer e está nos pedindo alguma orientação para terminar o trabalho o mais rápido possível. Nesse sentido, faço algumas sugestões.

Em primeiro lugar, estou de acordo com o manifestado pela Delegação do Brasil em relação à Divisão de Administração e Finanças e a possível mudança de nome para Planejamento Estratégico. Estou totalmente de acordo com a necessidade de haver uma divisão de administração e finanças com essa função específica de administrar e cuidar das finanças.

Penso que o objetivo do planejamento estratégico vai muito além do que pode ser a administração e finanças, e, sim, seria interessante que isso fosse desenvolvido pelos Subsecretários, tal como propunha a Delegação do Brasil. Por quê? Porque quem melhor que os Subsecretários, que estão diretamente vinculados a cada um dos Departamentos, para ver como será o cumprimento das diferentes tarefas propostas, sobretudo se conseguimos incorporar indicadores para as distintas tarefas para discutir entre eles e com o Secretário-Geral como será o processo de cumprimento das diferentes metas estabelecidas e, daí, tirar as conclusões necessárias para propor as linhas estratégicas de desenvolvimento das atividades da Associação.

Nesse sentido, estaria de acordo com que isso estivesse no âmbito dos Subsecretários, que teriam a tarefa de fazê-lo com os departamentos de sua incumbência e depois em conjunto e, junto com o Secretário-Geral, definir as linhas de planejamento estratégico.

No que se refere às mudanças de nome dos Subsecretários, em princípio penso que não teríamos maior problema em mudar o nome, de Subsecretário de Cooperação, Assistência Técnica e Apoio aos PMDERs ao nome de Subsecretário de Cooperação, porque a assistência técnica é cooperação e o apoio aos PMDERs tem um alto conteúdo de cooperação, então creio que não teríamos maiores problemas. O que acredito ser um pouco mais complicado é mudar o nome do Subsecretário de Desenvolvimento do Espaço Livre Comércio. Por quê? Porque, de alguma maneira, tudo o que tem relação com o Espaço de Livre Comércio vem muito pautado pelas distintas decisões tomadas nos Conselhos de Ministros, estabelecendo, precisamente, que se trata de ir estabelecendo as linhas que permitam chegar a um Espaço de Livre Comércio em um prazo que não está determinado, mas que se aproximará muito, tendo uma quantidade de elementos a favor de sua consecução, do ano 2019, o que, na vida destes Organismos, é um prazo relativamente breve.

Por último, no que se refere às funções dos Subsecretários, penso que seria mais apropriado que os Subsecretários realmente tivessem responsabilidade direta sobre diferentes Departamentos. Nesse sentido, parecia-nos, na Representação, que o Subsecretário de Desenvolvimento do Espaço Livre Comércio poderia ter sob seu controle, digamos, os três primeiros Departamentos que aparecem na última linha do Organograma apresentado, mais o Departamento de Informação e Estatística, porque esse Departamento estaria vinculado a tudo o que tem relação com promoção do comércio, desenvolvimento da Competitividade, e o Departamento de Acordos e Negociações, pelo comércio que se deriva dos acordos diretamente, penso que estaria melhor se estivesse a cargo deste Subsecretário. E o outro Subsecretário, o de Cooperação, deveria atender os departamentos de Apoio aos PMDERs, o Departamento de Cooperação e Formação e o Departamento da Dimensão Social.

Estas são as sugestões que eu me permitiria fazer à reunião de Alternos para processá-las, corrigi-las, alterá-las, de acordo ao que considerarem pertinente para poder finalizar seus trabalhos. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Uruguai. A Representação do Chile, por favor.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Muito obrigada, Presidente. Em primeiro lugar, quanto ao trabalho no grupo de Alternos: queria referir-me à eficiência e à participação de todas as Representações, penso que foi importante o trabalho feito aí, e gostaria de agradecer particularmente a Mirna por isso.

Em segundo lugar, para ser um pouco breve, penso que, em relação ao tema das competências compartilhadas ou competências bem definidas, como manifestado por minha Representação na reunião de Alternos, nós apoiamos competências compartilhadas, ou seja, manter o organograma com a estrutura atual, ou seja, os dois Subsecretários são responsáveis por qualquer um dos departamentos deste organograma.

Em relação à proposta apresentada agora pelo Brasil sobre reescrever o parágrafo 5, referente às políticas administrativas, e passá-las às competências dos Subsecretários, parece-me que é uma ótima solução este tema do planejamento estratégico. As propostas do Brasil e do Uruguai são propostas que podemos acompanhar.

Quanto ao tema dos nomes dos Subsecretários: parece-me que é necessário recordar que a proposta de último minuto, digamos, foi a de criar duas Subsecretarias, de Comércio e de Cooperação, mas também estavam em análise os nomes que têm atualmente. Minha Representação se inclina firmemente por manter os nomes que já existem. Muito obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. A Representação do México, por favor.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Bem, muito obrigado, Presidente. Três comentários específicos.

Primeiro, quanto à atribuição das responsabilidades dos Subsecretários: penso que é de boa administração que as incumbências não sejam extensas demais e também acho que não é bom que alguém tenha dois chefes, um Subsecretário sempre será um superior a um Chefe de Departamento, mas, em termos da administração, penso que é mais sensato dividir as tarefas, tal como proposto pelo Uruguai. Penso que é sensato e correto que o Departamento de Formação e Estatística esteja trabalhando na parte do Subsecretário de Desenvolvimento ou de Comércio, como o chamarmos no final. Mas, sim, penso que é melhor dividir, diminuir as incumbências e evitar ter dois chefes.

Quanto aos nomes dos Subsecretários, nós somos bastante flexíveis, ter dois nomes curtos, breves, mais ou menos específicos, tem muita virtude, mas também penso, como diz o Embaixador Rodríguez Gigena, que a questão do desenvolvimento do espaço de livre comércio foi um motivo fundamental das resoluções e não nos manifestamos aí neste momento, pensamos que é perfeita matéria para a discussão dos Alternos.

O terceiro tema, sobre o planejamento estratégico. Estamos de acordo com o manifestado pelos colegas que me antecederam. É um instrumento de apoio, não é um instrumento executivo, não o é por definição, e seria necessário revisar um pouco. Seu *locus* já está mais ou menos claro se aceitamos que deve ser independente e que deve ser de apoio e não estar como parte da administração, deve depender do Secretário, mas seria necessário ver seu *modus operandi* para que os Subsecretários tenham relação sem ser parte do mesmo também, isso pode ser resolvido pelas vias de Comitês, sendo, para dizer de alguma maneira, legislação secundária, mas concordamos que tem que ser um instrumento de apoio independente e dependente do Secretário-Geral. E esses são os três comentários do México, estamos de acordo com o restante. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, México. A Representação do Paraguai, por favor.

Representação do PARAGUAI (Emilio Lorenzo Giménez Franco). Sim, obrigado, Presidente. Nós temos, como havia anunciado, uns comentários a fazer, e, neste sentido, queremos, em primeiro lugar, manifestar-nos com relação à separação de funções dos

Subsecretários, como disse a Representação do México, não nos parece adequado que o controle seja muito extenso, e não me parece, na lógica administrativa, que os Subsecretários estejam supervisionando todos os âmbitos da Secretaria, para isso, então, necessitaríamos de um só Subsecretário, e não dois.

Além disso, na estrutura organizacional, temos bem definidas as funções de cada Subsecretário, então esses Subsecretários têm que se ocupar do que diz nas funções, o organograma é o reflexo das funções ou da organização da Secretaria, portanto, para nós, concordando com o México, as funções dos Subsecretários têm que estar definidas e separadas.

Em relação ao tema do Planejamento da Política, parece-nos, em primeiro lugar, que é âmbito do Secretário-Geral, e, como disse também o México, permito-me apoiar aqui suas manifestações, teríamos que ver como os Subsecretários poderiam participar nisso, talvez um Comitê de coordenação ou algo assim, onde participe a cúpula da Secretaria, mais o responsável pelo planejamento político para estabelecer as metas e o modo de atuar e as políticas da Secretaria. Para nós, o escritório de planejamento político tem que estar no âmbito do Secretário-Geral, porque ele é o responsável último da Secretaria.

Finalmente, com relação aos nomes que querem dar aos Subsecretários, parece-nos que qualquer nome que lhe dêem, se estiverem definidas as funções, são válidos, então estamos abertos a considerar qualquer uma das alternativas apresentadas aqui. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Paraguai. A Representação da Bolívia, por favor.

Representação da BOLÍVIA (Javier Jiménez Pinaya). Muito obrigado, Presidente. Algumas observações. Penso que os temas foram muito bem expostos, e há uma boa coincidência das Representações, Presidente.

Nós gostaríamos de iniciar refletindo, penso que foi o Paraguai e depois o Equador, no sentido de que, com os insumos que possam sair desta reunião, senhor Presidente, o trabalho poderia voltar a Alternos e aí, digamos, ser considerado. Não gostaria de deixar passar a oportunidade de mencionar que estamos em um processo de implementação da Conferência de Avaliação e Convergência e obviamente todos os temas que foram analisados nas diferentes instâncias, que estamos criando justamente para o funcionamento desta Conferência.

Penso que não pode escapar, Presidente, a possibilidade de que, derivado dos resultados da Conferência de Avaliação e Convergência, teremos insumos também para propor a estrutura da Secretaria-Geral. A Bolívia propôs isso em várias oportunidades, então são processos que devem ser tratados em seu paralelismo.

Em relação a algumas propostas específicas, senhor Presidente, o tema de planejamento estratégico, parece-nos uma contribuição muito importante nesta conjuntura pela qual atravessa a ALADI, pensamos também que é uma atribuição do Secretário-Geral, pensamos que é um trabalho que deverá ser implementado pelas Subsecretarias, mas, obviamente, deve ser uma atribuição quase privativa do Secretário-Geral. O tema em si nos parece muito importante.

Quanto às propostas de mudança de nomes das Subsecretarias, senhor Presidente, a Bolívia mencionou, desde o início da Conferência de Avaliação e inclusive no último Conselho de Chanceleres da ALADI, que nós priorizamos um espaço de integração mais

do que um espaço de livre comércio, e, obviamente, gostaríamos que isso fosse traduzido na estrutura da Secretaria no nome de uma das Subsecretarias. Escutamos com muita atenção a proposta do Embaixador do México, que vê com flexibilidade o tema, para nós tem essa prioridade, prezado Presidente.

Finalmente, em relação às competências dos Subsecretários, parece-me que onde há uma atribuição de um Subsecretário há uma responsabilidade com o tema, então nós apoiariamos a possibilidade de definir as tarefas inerentes a cada Subsecretário, com a possibilidade de definir uma área conjunta de trabalhos a empreender conjuntamente, mas preferimos uma responsabilidade, uma atribuição e uma competência para cada Subsecretário. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. O Peru, por favor.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Obrigado, senhor Presidente. Em primeiro lugar, gostaria de felicitar o trabalho da Alterna de Cuba, que fez, para variar, estupendamente seu trabalho. Da mesma forma que outras Representações, minha Representação vai se pronunciar sobre três pontos, basicamente, que estão pendentes de definição.

Em relação às competências dos Subsecretários, estamos de acordo com o proposto por outras Representações no sentido de que não consideramos que uma competência compartilhada entre os Subsecretários seja conveniente para os trabalhos da ALADI, ainda mais quando estão a caminho definições importantes no âmbito da Conferência de Avaliação e Convergência. Nesse sentido, nós consideramos que um dos princípios das estruturas organizacionais é obviamente a estrutura piramidal e a divisão de trabalhos e funções, o que nos leva a uma definição concreta das competências de cada Subsecretário e contribui, sem dúvida alguma, para uma melhor organização interna, para diminuir os efeitos das confusões e coisas pelo estilo, e advoga a favor do próprio trabalho dos Subsecretários. Penso que é um passo positivo que a Organização pode dar. E obviamente ponderar adequadamente o esforço de cada Subsecretário em cada área.

Quando à divisão de Planejamento Estratégico, pensamos que o assinalado pelo México é adequado. Isso é uma tarefa da alta direção, não exclusivamente do Secretário-Geral, porque ele forma um conjunto com os Subsecretários, e penso que isso poderia ser definido de alguma outra maneira pelos Alternos, alguma fórmula que permita elaborar algum mecanismo dentro da alta direção para efetivar este tema do planejamento estratégico que nós consideramos prioritário para a Organização.

Quanto ao nome dos Subsecretários, minha Representação, como mantivemos durante longo tempo, respalda a vigência da Resolução 59 do Décimo Terceiro período de sessões do Conselho de Ministros. E, nesse sentido, preferiríamos deixar os nomes das Subsecretarias como está estabelecido na Resolução. No entanto, estamos dispostos a considerar alguma abreviação, mas penso que o assinalado pelo Embaixador do Uruguai não é correto, não nos opomos a isso, sempre e quando se deixe no texto da Resolução que aprova a estrutura orgânica e funcional, de forma clara, a vigência e a validade da Resolução 59, entre outras Resoluções que possam existir. Se incorporássemos um parágrafo com as metas e resoluções aprovadas ou adotadas no âmbito do Décimo Terceiro Conselho de Ministros, estaríamos de acordo. Obrigado.

PRESIDENTE: Muito obrigado, Peru. A Representação da Venezuela, por favor.

Representação da VENEZUELA (Cecilio Crespo). Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, como outros colegas, queria felicitar a Coordenação feita pela Representação de Cuba. Nas reuniões, todos chegamos a um acordo e é que, definitivamente, não chegamos a mudar a estrutura, iríamos mudar as funções para que melhorasse a eficácia da Secretaria-Geral, penso que era um acordo geral com o qual todos estávamos de acordo.

E chegou um momento em que a discussão em alguns pontos se tornou difícil, quais eram os pontos? Quase todos já foram nomeados. O primeiro ponto era sobre a divisão das incumbências dos Subsecretários, e aqui reproduzimos um pouco o que aconteceu em Alternos, havia duas Representações que diziam que preferiam a conformação matricial, deram o exemplo de uma das Chancelarias que trabalha nessa forma e bem, quase todos os demais acreditavam que deveria haver uma separação entre as supervisões. Não sei se avançamos, aqui reproduzimos essa discussão, penso que escutei que o Chile mantinha sua visão da situação. Nós estamos com a maioria no sentido de que acreditamos que deve haver uma repartição da supervisão das diferentes Secretarias.

Quanto ao outro problema que se apresentou foi a localização do planejamento estratégico. Todos nós, ou a grande maioria, estávamos de acordo em que não deveria estar onde estava em princípio, mas sim que deveria ser do mais alto nível, que se chamaria Secretaria-Geral. O problema do planejamento estratégico é que ele não é feito somente pelo Secretário-Geral, o Comitê de Representantes também o faz. Se, por exemplo, nós temos como objetivo incrementar o número de associados, isso é uma decisão política tomada, neste caso, pelo Comitê, e o Secretário é o encarregado de realizar a gestão para isso.

Ou seja, o problema de onde é a localização do planejamento estratégico ou político, como quisermos chamar, não exclui o Comitê, inclusive poderíamos incluir os Chefes de Delegação, é algo que apresento para sua posterior consideração.

Sobre os nomes: da mesma forma que disse uma das Representações, nós estamos de acordo com os nomes curtos, que podiam, em um momento determinado, tornar mais fácil estabelecer as diferentes funções. Por último, sobre a prorrogação, da qual ninguém falou, nós estamos de acordo com a prorrogação, porque acreditamos que hoje esta situação não será aprovada. Não sei se avançamos algo, digo sinceramente, não sei se o Comitê contribuiu em algo com os Alternos, no sentido do que iremos fazer. Vamos fazer a divisão ou não? Onde vamos localizar a posição estratégica? Poderia ser que neste ponto se contribuiu com algo, e, sobre o último ponto, considero que o tema deve voltar para Alternos para revisar as posições nas quais ainda não temos acordo. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. O Equador, por favor.

Representação do EQUADOR (René Fernández Miño). Obrigado, Presidente. Bem, de alguma maneira, as interessantes intervenções que ouvimos aqui são uma repetição do que já estávamos discutindo, isso é um fato, contribui-se com algo em alguns temas e para estar conforme com o que estamos fazendo aqui, por exemplo, nossa Representação está de acordo com que exista esta divisão de funções dos Subsecretários.

Lembro-me de que perguntei em uma reunião ao Subsecretário como vinha sendo feito, pelo pouco tempo em que estou aqui, e me foi dito que eles vinham alternando e que tomavam os temas de forma geral, porque entre eles havia uma boa comunicação, coisa que sem dúvidas pode acontecer, mas também, na prática, pode acontecer que , com dois

Subsecretários com posições diferentes, tenhamos um problema. Penso que é mais saudável que isso seja dividido. Nós estamos de acordo com essa divisão.

Com relação aos nomes, não temos maior crítica ou objeção aos mesmos, porque, no fim, os nomes dizem muitas vezes bastante ou não dizem nada, depende da energia de quem está adiante e das decisões e apoio dos países aos programas. Sabemos disto muito bem: os nomes, algumas vezes, não são nada mais que um título, então não nos opomos aos nomes que estão aqui.

Penso que a Representação do Uruguai assinalou que acreditava ser conveniente que o Departamento de Informação Estatística passasse à outra Subsecretaria, em princípio eu não me oponho porque não conheço a carga da Subsecretaria de Desenvolvimento e, em minha opinião, eles teriam que analisar esta situação, se há excessiva carga ou não e dividir da maneira mais adequada, porque vejo que há sete Departamentos e 2 Subsecretários, ou seja, sempre um Secretário terá quatro Departamentos e o outro três. Penso que é necessário escutar os Subsecretários. Ou seja, no final das contas, não me oponho, parece-me interessante, o Representante do Uruguai terá seus critérios para assinalar esta situação, não me oponho, mas a base fundamental é esta: que se trabalhe da melhor maneira sem sobrecarregar os Departamentos.

Finalmente, no que diz respeito ao Departamento da Dimensão Social, talvez estrategicamente seja conveniente que se mantenha dentro da Subsecretaria de Cooperação, é um Departamento novo e penso ser mais pertinente que esteja aí. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Equador. A Representação do Chile, por favor.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Obrigada, Presidente.

Estou de acordo com a Venezuela quanto à possibilidade de prorrogação da atual estrutura orgânica. Sem prejuízo disso, acreditamos que, embora haja bastantes aproximações na discussão de hoje a respeito do tema da política administrativa e talvez, inclusive, do tema relacionado ao planejamento estratégico. Não sei se foi o acaso que fez com que esses temas ficassem juntos, o tema do nome e das competências compartilhadas ou separadas e o tema do planejamento estratégico.

Penso que deve ser visto como um pacote, porque não é o mesmo propor um nome para um Subsecretário ou para outro, dependendo das áreas que tiver sob seu mando, portanto, penso que não poderíamos definir, por exemplo, o tema das competências compartilhadas se não tivermos esse tema junto com o tema dos nomes da Subsecretaria. Se este debate é posposto ou não, mantenho a proposta do Chile, de que tudo isso seja visto como um conjunto e que não se chegue a resultados prematuros, produto da afinidade que temos na discussão em outros assuntos. O Chile não teria maior inconveniente em apoiar a maioria no tema das competências compartilhadas, mas vai depender também dos nomes dos Subsecretários, que dizem bastante, como manifestavam o Uruguai, o Peru e o México. O tema de Subsecretário de Comércio não é o mesmo que Subsecretário de Desenvolvimento do Espaço de Livre Comércio, e isso é o que nós, a Representação do Chile, quer manter. Nosso trabalho aqui e o que nos indica a Resolução 59 é desenvolver um Espaço de Livre Comércio, e penso que não podemos perder essa ideia por uma mudança de nome. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Chile. Cuba, por favor, a Coordenadora do grupo de Alternos.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Falarei primeiro como Coordenadora e depois como Cuba, não tenho alternativa.

Em primeiro lugar, como Coordenadora, estive seguindo com muita atenção a intervenção de todas as Representações e, francamente, Presidente, penso que temos as indicações que necessitávamos para concluir o trabalho. Penso que, se o nosso grupo seguir as premissas com as quais iniciamos o trabalho, que foram, em primeiro lugar, incluir aquelas modificações às funções que aperfeiçoam o trabalho da Secretaria e, em segundo lugar, não modificar basicamente o organograma da 296, estamos em condições de, levando em consideração o debate de hoje, ter uma proposta de reestrutura para o próximo Comitê.

Por isso, minha proposta, como coordenação, é que este Comitê nos dê um voto de confiança. Nós temos uma próxima reunião no dia 28, na qual os Representantes Alternos teriam em conta o debate de hoje, as maiorias produzidas em relação aos diferentes temas, mas, essencialmente, levando em conta as premissas sobre as quais estamos trabalhando, e teremos um resultado.

Como Cuba, nós vamos seguir o consenso que tiver maior apoio em cada um dos temas, porque não temos problema com nenhum deles absolutamente e, no caso do planejamento estratégico, coincidimos totalmente com o manifestado pelas Representações.

Sim, estaríamos contra, francamente, uma prorrogação da estrutura, e explico por quê. Não foi em vão que iniciei meu relatório aludindo às cinco prorrogações, contando com a que estaríamos incorporando a esta ação, e acreditamos, francamente, Presidente, que é contraproducente para o Comitê de Representantes que durante cinco anos não estejamos em condições de aperfeiçoar uma estrutura que sabemos que está transitando dentro de um processo, que é a Conferência de Avaliação e Convergência, e que deve ajustar-se, o mais possível, a esse momento, mas que necessita inquestionavelmente aperfeiçoamento nas funções e precisa aperfeiçoar seu agir.

Então, estas seriam nossas considerações, repito, penso que, como Coordenadora, tenho as linhas fundamentais que necessitava para propor aos Alternos a conclusão do trabalho. Mas a decisão é tomada pelo Comitê. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Cuba, pelo que vejo terão muito trabalho. O Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente. Parece claro que haverá trabalho. Ainda sobre este tema, queria somente fazer uma complementação de minha intervenção anterior para referir-me ao tema que foi comentado por várias Representações sobre a possibilidade de estabelecer uma divisão de dois grupos de Departamentos ou dois territórios distintos entre os dois Subsecretários.

Sei que este tema já vem sendo discutido há algum tempo, nossa Delegação sempre expressou a preferência por manter o organograma, neste aspecto, como está, e por várias razões, como já se explicou na reunião de Alternos. A Secretaria-Geral é um todo orgânico, estabelecer divisões demasiado estritas é algo que pode parecer pequeno quando vemos em um organograma, pode parecer uma mudança muito pequena, é só apagar um traço, mas, na realidade, é uma decisão muito importante, estabelecer dois territórios distintos é algo que pode ter consequências muito importantes.

O Embaixador do México assinalou um exemplo de um dos problemas que poderiam acontecer se fizéssemos a divisão: o Departamento de Informação e Estatística ficaria sob a responsabilidade do Subsecretário de Cooperação e Apoio aos PMDERs, e o que significaria isso? O Subsecretário que trabalha com os temas de Desenvolvimento do Espaço de Livre Comércio não tem diretamente o apoio de informação e estatística que necessita para seus trabalhos. Não me parece muito claro, então, se chegássemos algum dia a fazer uma divisão de dois territórios claramente delimitados, pensaria que seria melhor ter informação e estatística sob a área do Desenvolvimento do Espaço de Livre Comércio, como sugerido pelo Embaixador do México.

Mas haveria outros problemas desta natureza, por exemplo, os Departamentos que, na página, estão sob o Subsecretário do Espaço de Livre Comércio, podem perfeitamente incluir em seu trabalho temas que são importantes para a Área de Cooperação ou de apoio aos PMDERs, então, por exemplo, há um departamento de integração física e digital na Área do PPCOD, de Certificação de Origem Digital, poderá ser muito importante em algum momento estabelecer programas de cooperação para ajudar os países que quiserem habilitar-se a participar da Certificação Digital de Origem, mas não, este departamento estará unicamente sob o Subsecretário do Espaço de Livre Comércio, então o Subsecretário de Cooperação ... Não sei, temos que pensar muito seriamente se vamos por este caminho. Escutei muitas Representações que, sim, parecem dispostas a seguir por este caminho de uma divisão clara.

Como já disse, nós preferiríamos não entrar neste caminho, mas se há onze países, uma maioria que prefere ir por aí, nós vamos participar da discussão e nossa perspectiva será esta, então iremos discutir com muita atenção o que corresponderia a cada Subsecretário para não gerar problemas, que, no meu ponto de vista, poderiam ser bastante graves no futuro funcionamento da Secretaria-Geral, como tentei ilustrar com alguns exemplos nesta intervenção. Então, queria somente fazer esta reflexão para ajudar, e continuaremos com o trabalho, se for decidido assim, no grupo de Alternos. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Brasil. A Representação do México, por favor.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Sim, Presidente, novamente um convite para não discutir em círculos e voltar sempre ao ponto original, mas tentar avançar.

Minha colega cubana falou como Coordenadora e como Cuba, e quero simplesmente dizer que estou completamente de acordo com a Coordenadora e com Cuba, falou com muita sensatez e clareza. Estamos em um bom ponto para chegar a um acordo, se quisermos entrar em detalhes, vamos voltar a nos complicar, este não é o fórum do príncipe Hamlet, é um fórum que deve ser um pouco mais executivo que o de Alternos e, então, penso que há dois ou três pontos de decisão não insuperáveis que podem perfeitamente voltar a Alternos e serem decididos. Mas se vamos entrar aqui em detalhes, bem, então vou dizer “integração física tem que começar por Tijuana e terminar em Ushuaia”, e como fazemos? E não vamos acabar nunca.

Então, faço um chamado para que não discutamos em círculos e para deixarmos aos Alternos o trabalho de dois ou três pontos de decisão. Penso que muitos de nós haviam chegado com comodidade a certo nível de consenso.

Por último, quero dizer que muitos aqui, como eu, foram funcionários por anos e anos, temos, primeiro, o princípio de autoridade e hierarquia, em toda pirâmide há *quiproquós*,

nunca um organograma é perfeito, vivemos isso muitas vezes, sempre está o Vice-Ministro X que tem conflito com o Y porque há um problema, isso sempre vai acontecer. Por isso existe o princípio da autoridade e da hierarquia, se um Subsecretário tem a seu cargo três ou quatro áreas, bem, não são ilhas hostis aos demais, e por isso estão os que têm hierarquias sobre os Departamentos e o Chefe.

Então, penso que não podemos buscar uma coisa perfeita, não existe. Tentemos chegar a um acordo e colocar isso a funcionar, porque, do contrário, é uma complicação contínua e perene. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Falta o Peru, por favor.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Brevemente, senhor Presidente.

No mesmo sentido que México e Cuba, penso que isso deve regressar a Alternos e ser definido aí e, obviamente, abarcar preocupações muito legítimas, como a do Chile e do Brasil. Penso, efetivamente, que essas são preocupações válidas que devem ser levadas em conta, com o fim de, justamente, potencializar o trabalho dos Subsecretários e seu impacto no nível de decisões na Organização. Nós continuamos acreditando que a definição de competências é o melhor, mas, efetivamente, pode haver impasses, diria, como os assinalados pelo Brasil, então penso ser importante uma avaliação concreta dos Alternos, com o *input* da Secretaria-Geral, que tem muito a dizer neste tema, os Subsecretários conhecem perfeitamente suas áreas de trabalho e podem obviamente fazer alguma recomendação a Alternos com vistas a definir uma estrutura mais idônea para todos. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Peru. Algum outro comentário?

Bem, vou tentar, não sei se conseguirei, organizar um pouco as ideias, mas penso que devemos então pedir à Coordenadora do Grupo de Alternos que prossiga seus trabalhos no grupo, para conseguir um resultado para esta discussão. Penso que esta discussão aqui entre nós foi muito útil, eu mesmo não sabia claramente quais eram as posições de cada uma das Representações, quais eram as opiniões sobre cada um desses três ou quatro pontos que ainda estão pendentes nesta discussão, penso que as tenho muito mais claro agora, por haver participado desta discussão aqui com relação aos pontos pendentes do organograma e das funções.

Vejo que haveria, pelo menos, uma não objeção ao anexo das funções e atribuições, mas seria difícil fechar este capítulo do anexo sem que tenhamos uma ideia, uma conclusão sobre o organograma de uma maneira geral. Há alguns pontos com certo entendimento. Por exemplo, a questão de criar um setor ou uma divisão ou um planejamento estratégico, ainda não há entendimento sobre se este setor de planejamento estratégico – penso que todos reconhecem a importância de criá-lo- deveria estar diretamente subordinado ao Secretário-Geral ou às Subsecretarias diretamente.

Também não há decisão, muitas Representações acreditam que se deve separar as funções da Subsecretaria dos Departamentos que estão subordinados aos dois Subsecretários, mas outras Representações acreditam que não é o momento, como o Chile, ou não é o caso, como disse o Brasil, talvez também um pouco o Peru.

Em relação às mudanças dos nomes da Subsecretaria, não houve oposição de que se mudasse o nome do Subsecretário de Cooperação, Assistência Técnica e Apoio para

Subsecretário de Cooperação, mas sim há objeção em mudar o nome da Subsecretaria de Desenvolvimento de ELC. Também há outras posições que dizem que é melhor concluir o exercício todo e saber inclusive se vamos ou não dividir as funções, separar os Departamentos que estariam subordinados a cada um dos Subsecretários antes de tomar uma decisão a esse respeito. Não sei se há mais outro ponto, penso que esses seriam basicamente os pontos principais pendentes. A Coordenadora me diz que sim, são esses os pontos básicos.

Então, são poucos, dois ou três pontos, mas são importantes. Temos duas opções. O Secretário-Geral disse que lhe preocupa que o prazo da vigência da prorrogação atual termina um dia depois da reunião do próximo Comitê, qualquer decisão que tomarmos, mesmo que o grupo de Alternos consiga chegar a um acordo sobre esses pontos que são importantes antes do Comitê, o próximo Comitê será um dia depois da prorrogação, ou seja, do vencimento desta prorrogação de agora.

Por isso, o Secretário-Geral sugere, e eu estou acordo, penso que se quisermos fazer a coisa de uma maneira correta e com o rigor dos prazos, eu sugeriria que aprovássemos uma Resolução dizendo que prorrogaríamos a vigência da Resolução 296, -isso não foi distribuído, mas tenho o documento que me foi entregue pelo Secretário-Geral. Ou seja, o Comitê resolve prorrogar a vigência da Resolução 296 do Comitê de Representantes até a aprovação da nova estrutura orgânica e funcional da Secretaria-Geral, por parte desse Órgão político.

Vejo que seria uma boa opção porque, como disse a Coordenadora de Cuba, já prorrogamos quatro vezes e prorrogá-lo por uma vez mais, 5 vezes, não sei, talvez o mais prudente fosse prorrogar até que aprovássemos a nova estrutura orgânica. Se a aprovarmos um dia depois de vencido o prazo da prorrogação atual, será um dia depois, se a aprovarmos no outro Comitê, dentro de duas ou três semanas também, estaremos sempre dentro dos prazos regulamentares.

A outra opção seria deixar como está, passar um dia do prazo sem aprovar decisão nenhuma, afinal, como disse não sei quem, já não me lembro mais, passamos por dois meses já, não nos custaria passar um dia. Mas minha percepção é de que os três ou quatro pontos que estão ainda pendentes para a questão do organograma e da estrutura não são pontos fáceis, pelo quadro parlamentar que pude perceber aqui. As posições não estão tão convergentes em alguns pontos importantes, já que nos aventuramos em abrir esta questão da estrutura orgânica agora, então, agora, temos que pagar o preço disso, e não sei se vamos conseguir, com toda a habilidade da Coordenadora de Cuba, chegar a um entendimento em duas semanas, ou 10 dias, 15 dias. São essas as duas opções, ou prorrogar até que se aprove a nova estrutura orgânica ou deixar como está e passar um dia mais, para ver se conseguimos, no próximo Comitê, aprovar a estrutura orgânica aqui no Comitê. Não sei, de repente há outras opções também, não estou excluindo outras opções, mas, de toda a maneira, passo a palavra a Cuba, por favor.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Agradeço muitíssimo seu resumo, parece-me que é correto e, em última instância, penso que estaríamos seguindo a decisão da mesa, mas me pergunto por que não se pode convocar um Comitê para o dia 2, na próxima semana. O fato de que os Comitês estivessem sendo realizados a cada 15 dias respondeu a uma questão específica em um momento determinado, o que não impede que o Comitê possa retomar seus trabalhos semanais, como sempre foi antes do fato específico que o levou a ser convocado a cada 15 dias. Isso por um lado.

Por outro lado, estou totalmente de acordo com sua consideração de que a abertura deste tema da discussão da estrutura pode nos convocar a discussões muito longas, mas, precisamente por isso, no grupo de Alternos penso que foi a inteligência coletiva que nos levou a estabelecer premissas para trabalhar e para poder chegar a acordo. Se nos guiarmos por essas premissas e adicionarmos as indicações deste Comitê, penso que os Alternos podem terminar de trabalhar e dar um resultado, e nós, como Comitê, também dar um bom resultado.

Se não trabalharmos dessa maneira, estaremos abrindo totalmente a discussão da estrutura e entraremos no que precisamente tentamos evitar com o estabelecimento dessas premissas: evitar tocar sensibilidades que estão hoje abertas a partir do que significa a Conferência de Avaliação e Convergência. Obviamente, como dizia o Embaixador do México, é uma estrutura que, no caso de meu país, não satisfaz plenamente o que nós queremos para a Associação. No entanto, estamos em um momento no qual dizemos “temos este estado de situação, queremos este objetivo, queremos aperfeiçoar e, bem, vamos proceder de forma tal que façamos, em função também dos interesses da maioria dos países, aquelas mudanças, aquelas modificações que aperfeiçoem, mas fica basicamente a mesma estrutura”.

Se a ideia é abrir a discussão, então eu estaria de acordo com a prorrogação, e, então, vamos voltar-nos à discussão de uma nova estrutura da Secretaria, com tudo o que isso implica e com a vinculação que nós vemos que tem com a reestruturação dos grupos de trabalho, e com o que está acontecendo na Conferência de Avaliação e Convergência.

Mas, como Coordenação, francamente penso que estamos a ponto de chegar a um consenso. Se o Comitê de Representantes se reunir na semana que vem, conseguiremos ter um resultado para esse momento, será muito mais benéfico que continuar estendendo o prazo deste trabalho. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Coordenadora.

Penso que a premissa principal aí é que -em organismos multilaterais é sempre assim, aqui na ALADI sobretudo- ou se abre ou não se abre. Já que se abriu, não há como abrir um pouquinho, pelo relatório que recebi de meu Alternos, vejo que há pontos novos que não foram discutidos entre os Alternos, vejo que seguirá assim, mas de todas as maneiras. O Secretário-Geral me diz que, na próxima semana, Coordenadora, teremos as seguintes reuniões: Solução de Controvérsias, 2, 3, e 4, Reunião MPMs, CASE e são duas reuniões, 2 e 3, e teremos a Comissão de Coordenação em 31 de maio, também presidida pelo Uruguai. Então, o Secretário-Geral diz que não haverá a possibilidade de ter um Comitê na semana próxima.

Somente é minha opinião. Penso que a melhor opção seria prorrogar a vigência até a aprovação da nova estrutura, dentro de uma semana ou dentro de 2 semanas. Estaríamos mais tranquilos para trabalhar, inclusive. É importante, afinal, não sei quem disse aqui, são pontos importantes do organograma da Secretaria. Alguém disse também que seria necessário levar em conta a palavra do Secretário-Geral, penso que valeria a pena que o Grupo de Alternos fizesse essa consulta. Mas, de todas as maneiras, passo a palavra ao Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Somente queria apoiar-me um pouco no que manifestava a Coordenadora do Grupo, no sentido de que ela tem o *feeling* do está acontecendo no grupo e das possibilidades de

avançar neste tema e nesses consensos, e penso, assim como ela manifestou, que é muito possível que se chegue a um final na próxima reunião de Alternos.

Nesse sentido, penso que poderíamos perfeitamente esperar que, a partir da próxima reunião do grupo de Alternos, pudéssemos ter uma margem muito apropriada para pensar que chegaremos a um consenso a ser decidido neste Comitê.

No que tem relação com a vigência da prorrogação, penso que não há nenhuma descontinuidade. O atual período de prorrogação termina no dia 8, e nós nos reuniríamos no dia 9, quer dizer, que termina no dia 8 às 12 horas da noite e a partir do dia 9 haveria, muito provavelmente, uma nova estrutura, quer dizer que, em todo caso, sendo muito específico, teríamos umas poucas horas de falta de estrutura aqui na ALADI. Portanto, não acredito que seja esta a oportunidade de propor -e discrepo com o Presidente do Comitê- uma nova prorrogação. Em todo caso, se na próxima reunião do Comitê também não chegarmos a um consenso, ainda quando vier um muito bom trabalho dos Alternos, será essa a oportunidade de fazê-lo.

Além disso, realmente penso que os argumentos foram todos estabelecidos, os argumentos, conforme me comenta minha Alternata, que foram manejados na reunião de Alternos são basicamente os mesmos que estamos manejando neste momento aqui, então realmente não acredito que uma prorrogação para continuar discutindo os mesmos argumentos tenha maiores benefícios para chegar a uma solução. Então, eu me inclinaria realmente por organizar a próxima reunião no dia 9, e, com otimismo, pensar que aí poderemos realmente chegar a um bom destino com relação à estrutura que estamos discutindo, que realmente não acredito que envolva aspectos de fundo que comprometam nossos trabalhos e o desenvolvimento da ALADI em seu futuro. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Uruguai, o próximo seria a Venezuela, mas se a Venezuela me permite, o Secretário-Geral pediu a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Somente um esclarecimento, depois das distintas palavras do Embaixador do Uruguai: o culpado é o Secretário-Geral, sempre preocupado com o legal, o senhor tem absolutamente toda a razão, podemos ficar à margem umas horas e apelar à razão. É a Secretaria-Geral quem foi mostrando as dificuldades que tinha, não é ideia do Presidente. Por umas horas, não acontecerá absolutamente nada, com o compromisso de que, se não chegarem a um acordo nesse mesmo dia, aprova-se a Resolução apresentada pela Secretaria. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, a Venezuela, por favor.

Representação da VENEZUELA (Cecilio Crespo). Obrigado, Presidente. Concordo com o critério da Representação do Uruguai, como ainda estará vigente a estrutura da Secretaria até o dia anterior, a solicitação da reunião será ainda perfeitamente legal. Obrigado.

PRESIDENTE. O México, por favor.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, Presidente. No mesmo sentido, compartilhamos o manifestado pelo Representante do Uruguai, e, obviamente, com o que foi dito pelo Secretário-Geral, de que teríamos que tomar uma decisão no dia 2 de junho sobre a aprovação da nova estrutura ou sobre uma nova prorrogação nessa data. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Bem, então estamos de acordo. Pedimos à Coordenadora de Cuba que prossiga com seu Grupo de Alternos, tratando de conseguir um resultado. Lembro-me que, ao princípio de sua intervenção, a senhora nos disse que falta muito pouco para apresentar um resultado, então esperamos que, na próxima reunião do Comitê, tenha um resultado sobre esses pontos pendentes. Teremos a reunião do próximo Comitê no dia 9, esperando contar com a estrutura orgânica da Secretaria-Geral, mesmo que não esteja vigente.

8. Assuntos diversos

...Bem, temos algum assunto diverso? O Secretário-Geral pede a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente, e peço desculpas pela hora, mas tem sido política da Secretaria-Geral informar sobre tudo o que for possível o Comitê, e tenho um tema que corresponde informar. Não levará muito tempo, vou sintetizar o relatório sobre as gestões feitas na República Dominicana, por mandato dos senhores.

Lembrem-se de que havíamos aprovado realizar a reunião do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI, em cumprimento da Resolução dos senhores Presidentes tomada em Cancun, na República Dominicana, e somente nos faltava estabelecer a data, sendo que essa data estava sujeita também às possibilidades da República Dominicana.

Bem, a República Dominicana está disposta a aprovar os dias 22 e 23 de julho de 2010, se o Comitê também está de acordo, deixamos esses dias aprovados. A República Dominicana recebeu a gestão iniciada pelo doutor Oscar Pastore, a quem aproveito para felicitar em público. Vi os antecedentes, antes, nas conferências que a ALADI organizava, mandávamos sete ou oito pessoas, agora mandamos uma só, a reunião se realizaria no Banco Central da República Dominicana, e, caso surgisse qualquer inconveniente, seria feita na sala de reuniões da Chancelaria da República Dominicana, sala que todos os senhores conhecem, porque, tenho certeza, seguiram as deliberações do Grupo do Rio em sua anterior sessão da República Dominicana.

Eles nos oferecem, também, o traslado do aeroporto ao hotel das Delegações. A reunião será moderada por um alto funcionário do Banco Central da República Dominicana e por um alto funcionário dos Bancos Centrais membros do convênio.

A República Dominicana aceita, e peço, por favor, a autorização dos senhores, que os convites sejam enviados imediatamente pelo Secretário-Geral da ALADI, o que é uma distinção para nossa entidade, eles também nos oferecem o brinde de boas-vindas para as Representações na quarta-feira em lugar a ser definido, e o Banco Central e o Ministério das Relações Exteriores, o almoço de quinta-feira na reunião. Há outros detalhes, mas me parece que seria muito longo o relatório, e reitero minhas desculpas por retê-los a esta altura.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. Então, os dominicanos estão propondo realizar a reunião pedida pelos Presidentes em Cancun nos dias 22 e 23 de julho, na República Dominicana. Havendo acordo sobre as datas de 22 e 23 em Santo Domingo, como proposto pelos dominicanos... O Peru pede a palavra.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Nós, senhor Presidente, gostaríamos de consultar a data, porque julho é um mês difícil para nós, é o mês do aniversário nacional, então, talvez, poderia passar para agosto.

PRESIDENTE. Bem, setembro é o mês nacional do Brasil também.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Nos primeiros dias de julho ou no meio do mês.

SECRETÁRIO-GERAL. Perdão, Presidente, mas também não podemos esquecer a reunião do MERCOSUL, que foi prorrogada para 15 e 16 de julho, como reforça minha posição a distinta Representação da República da Argentina. Então, sempre iremos encontrar algum inconveniente.

PRESIDENTE. A Delegação do Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente.

Na mesma linha do que acaba de dizer o Secretário-Geral, penso que a definição das datas é um tema complicado, porque envolve um autor, que é o Governo da República Dominicana, que ofereceu de forma muito generosa acolher esta reunião nestas datas, então eu penso que todas as Representações aqui estariam na mesma situação do Peru, mas dada a importância que tem esta convocatória que vem de um mandato dos Presidentes diretamente na reunião de Cancun, eu pediria se a Representação do Peru poderia ter esta flexibilidade de aceitar esta data, porque realmente o tempo é muito curto agora. Como disse o Secretário-Geral, é necessário enviar os convites imediatamente porque estamos falando de um período muito curto de tempo, e, à luz da importância política deste evento, pediria se possível alguma flexibilidade para que possamos tomar uma decisão hoje mesmo e seguir com as providências práticas. Obrigado.

PRESIDENTE. O Peru disse que está de acordo.

Bem, estamos de acordo com os dias 22 e 23, e, inclusive, podemos comunicar isso aos dominicanos. O projeto de acordo diria, em dois artigos:

Primeiro, realizar a Reunião para o Intercâmbio de Informações sobre o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI, nos dias 22 e 23 de julho de 2010, na cidade de Santo Domingo, República Dominicana. Está bem assim?

No artigo 2º, diria aprovar os termos de referência contidos no documento ALADI/SEC/di 2334/Rev. 1, de 26 de maio de 2010, que fazem parte do presente Acordo. Isso também foi discutido e aprovado aqui. Podemos, então, aprovar com o Nº 304 o projeto de acordo com as datas para a reunião em Santo Domingo?

Muito obrigado.

“ACORDO 304

REUNIÃO PARA O INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES SOBRE O
CONVÊNIO DE PAGAMENTOS E CRÉDITOS RECÍPROCOS DA ALADI

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA os Artigos 35 e 38 do Tratado de Montevideu 1980 e o Documento ALADI/SEC/di 2334/Rev.1.

CONSIDERANDO que a Declaração de Cancun, emanada da XXI Cúpula do Grupo do Rio e da II Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), celebradas em Riviera Maya, México, em 23 de fevereiro de 2010, estabeleceu, no ponto 13, *“Realizar uma reunião sobre o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) da ALADI, a ser convocada por essa Associação, para a qual serão convidados representantes de outros sistemas de pagamentos e créditos recíprocos existentes na região, bem como países da América Latina e do Caribe que não forem membros do CCR, com vistas a intercambiar informações sobre esse sistema”*,

ACORDA:

PRIMEIRO.- Realizar a Reunião para o Intercâmbio de Informações sobre o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI, nos dias 22 e 23 de julho de 2010, na cidade de Santo Domingo, República Dominicana.

SEGUNDO.- Aprovar os termos de referência contidos no documento ALADI/SEC/di 2334/Rev. 1, de 26 de maio de 2010, que fazem parte do presente Acordo.”

...Então, algum outro assunto em assuntos diversos?

Bem, muito obrigado, nossa próxima reunião será no dia 9 de junho. Obrigado.
